

julho de 2023

117

BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS



**Superlotação, virulência
e crises multidimensionais**

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral da **Alianza Biodiversidad** orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accionecologica.org
Anafae
octavio.sanchez@yahoo.com
Base-Is
mpalau@baseis.org.py
Campaña de la Semilla
de La Vía Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
serra@centroecologico.org.br
CLOC-Vía Campesina
secretaria.cloc.vc@gmail.com
Colectivo por la Autonomía
erobles_gonzalez@hotmail.com
GRAIN
larissa@grain.org
Grupo ETC
grupoetc@etcgroup.org
Grupo Semillas
semillas@semillas.org.co
Red de Coordinación en Biodiversidad
rbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
biodiv@redes.org.uy

Comitê Editorial

Maria José Guazzelli, Brasil
Leonardo Melgarejo, Brasil
Fabián Pachón, Colômbia
Germán Vélez, Colômbia
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Henry Picado, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Equador
Maria Fernanda Vallejo, Equador
Octavio Sánchez, Honduras
Evangelina Robles, México
Silvia Ribeiro, México
Verónica Villa, México
Marielle Palau, Paraguai
Martín Drago, Uruguai

Administração

Base-Is
mpalau@baseis.org.py

Edição

Ramón Vera-Herrera
constelacion50@gmail.com
ramon@grain.org

Desenho e formatação

Sebastián D'Amen
sebastian_damen@hotmail.com

EDITORIAL:

Fazendas-fábricas: superlotação, virulência e crises multidimensionais 1

A transição proteica

Verónica Villa (Grupo ETC) 2

Pandemias e fazendas industriais 4**Quem financia a produção intensiva de carne no Equador**

Elizabeth Bravo (Ação Ecológica) e Xavier León (GRAIN) 7

Mais nenhuma fábrica de suínos!

Karen Hudlet Vázquez* 11

Uma breve história da destruição da suinocultura camponesa no México*

Álvaro Salgado 15

Ciência comunitária frente aos cultivos industriais de peixes e o comércio de corais

Bloque Verde 21

“Pão sem veneno”

Lis García, BASE IS 23

A maioria das fotos vem de amigos e colaboradores fotógrafos como Iván Castaneira, das visitas de campo de Xavier León do GRAIN ao Território Tsáchila, do acervo do Centro de Estudos para a Mudança no Campo Mexicano e da Comissão Coral e seus Estação Comunitária Corales del Caribe Sur, da Universidade da Costa Rica. As fotos do plantio de trigo vêm de Sonora, no México, onde ainda não existe trigo geneticamente modificado. As ilustrações de "The Protein Transition" vêm do trabalho de Andrea Medina e Cathy Dizon para o Grupo ETC. Veja The Food Barons <https://www.etcgroup.org/es/content/food-barons-2022-es>

* Ela trabalha com organizações e redes de pessoas afetadas por fazendas agrícolas industriais intensivas.

Agradecemos sempre a Carlos Vicente pelo plantio que continua florescendo. Somos gratos pelo apoio de RSF Small Planet Fund da RSF Social Finance, de HEKS e de Thousand Currents.

A tradução para português foi realizada pelo Centro Ecológico.

EDITORIAL.

FAZENDAS-FÁBRICAS: SUPERLOTAÇÃO, VIRULÊNCIA E CRISES MULTIDIMENSIONAIS

Muitos fios de acontecimentos interligados e descarrilhados vão tecendo o cenário atual que vislumbramos num instante, num gráfico, numa tabela com cifras, mas que foi configurando este “estado de exceção” a que apelidaram de pandemia. Hoje sabemos que a “tempestade perfeita” que desencadeou o surto de Covid-19 adveio da eclosão de vários contrapontos tramados que têm no seu centro o sistema capitalista, e a sua concretização sempre industrializante, em particular a produção de carne industrial, e hoje carne artificial, carne “impossível”.

Quem pensa na modernidade, nas cidades e no futuro da destruição necessária ao lucro próprio do capitalismo não deixa de notar a devastação que as fazendas industriais promovem em todas as direções, sejam frangos, gado, porcos, ovos, laticínios. É óbvio que a carne é apenas um dos modos dessa tendência que se normalizou desde os anos 1950, pelo menos, e que as estufas e todos os projetos do agronegócio são acompanhados de monopolização de terras, desmatamento, arrasamento, roubo de água, controle das etapas da cadeia de abastecimento, envenenamentos multidimensionais, expulsão e esvaziamento para maximizar o reordenamento territorial, e os esquemas ambientais para rentabilidade financeira e colapso ambiental.

O que nunca pensamos é que, ao reordenar os territórios, a reconfiguração dos entornos implica também a sublevação das áreas onde existem aglomerados, constelações de vírus, que de repente se aproximam das populações de animais que convivem mais com os humanos.

Isto tem a ver com o desmatamento que nunca é reversível, com a aproximação de populações de animais selvagens, com a produção industrializada de alimentos, mas também com a gestão dos resíduos, ar, água, e a crescente sobrelotação de populações animais e humanas em uma competição enorme entre bairros marginais e favelas, de um lado, prisões públicas e privadas, centros de detenção de imigrantes, campos de refugiados, hospícios, grandes agroindústrias com quartéis para trabalhadores, e do outro, as imensas e virulentas fazendas-fábricas, industriais, também chamadas de fábricas de carne, onde todos os tipos de insetos, bactérias, vírus, fungos se misturam de forma violenta.

Ali não existe nenhuma forma de coexistência, nem a escala em que esses organismos poderiam existir nos ambientes naturais onde coincidem e acabam coabitando, mas ambientes superlotados, entornos onde as escalas naturais foram explodidas, rompendo as relações existentes para impor novas relações que favorecem mutações, exacerbações, surtos, degradações.

Não temos dúvidas de que nem o mar se salva e que se procura privatizar até os bancos de coral para explorá-los comercialmente, como já ocorre com os bancos de pesca e as fazendas camaroneiras de tão infames sagas.

Como se não bastasse, os produtos biotecnológicos, como o trigo transgênico ou a carne sintética, se infiltram em todas as áreas possíveis desde que as legislações os permitam, pondo em risco a vida em todas as suas dimensões.

A TRANSIÇÃO PROTEICA

Verónica Villa (Grupo ETC)

No final de junho, aqueles que regulam a produção e a inocuidade dos alimentos nos Estados Unidos deram luz verde à venda ao público de carne produzida em laboratório. Mais de 150 empresas de vários países estão na corrida para colocar carne “alternativa” em restaurantes e supermercados.

Os argumentos com os quais essas empresas conseguem investimentos bilionários são que produzir carne em laboratório será bom para o clima, reduzirá o sofrimento animal e garantirá a limpeza do produto, diminuindo doenças associadas ao consumo da carne industrial. A relação fundamental entre animais e comunidades, bem como a diversidade de formas como são criados, preparados e consumidos, foi reduzida à ingestão de enzimas, o que a indústria e os especialistas globais em alimentos chamam de “a transição proteica”.

Essa transição inclui a *agricultura celular* que produz substitutos de carne bovina, frango e frutos do mar feitos a partir de culturas de células dos animais em questão, dentro de biorreatores, e a imitação de *carne baseada em compostos extraídos de plantas transgênicas*, como o hambúrguer impossível.

Estima-se que a pecuária represente de 15 a 30% das

emissões globais de gases de efeito estufa. De acordo com o Massachusetts Institute of Technology, se todos os fatores poluidores envolvidos na criação industrial de vacas e ovelhas forem somados, e se tomar uma média mundial, um quilo de carne pode resultar em emissões equivalentes a 100 quilos de dióxido de carbono.¹ Mas os laboratórios e os insumos necessários para produzir proteínas sem animais usam enormes quantidades de eletricidade e água, os motores dos reatores onde são cultivadas as células de carne devem permanecer ligados por semanas inteiras, movidos a combustíveis fósseis, para que as moléculas do hambúrguer se reproduzam em um volume que possa ser comercializado em grande escala. O processo requer quantidades imensuráveis de açúcares, amidos ou gorduras, aos quais são adicionados os tecidos cultivados para que deem a aparência da carne com sua consistência muscular e sanguínea.

Uma quantidade enorme de doenças infecciosas que nos afligem provém de patógenos de animais criados industrialmente para consumo humano. O consumo excessivo

¹ MIT Technology Review, “Here’s what we know about lab-grown meat and climate change”, 3 de julho de 2023

Ilustração: “fábrica-laboratório de produção de carne”, Cathy Dizon



de carne e laticínios está associado à obesidade e a doenças crônicas. Mas a agricultura celular está sendo questionada por pesquisadores do câncer, que se perguntam quanto do processo de reprodução celular induzido na carne de laboratório pode ser adotado pelo organismo humano.

As fazendas de carne e os abatedouros são conhecidos por suas condições de trabalho abusivas, os frigoríficos são as empresas mais corruptas entre as outras da cadeia alimentar: acusados de suborno, associação criminosa, fraude de peso e preço, danos à saúde pública. Eles pagam bilhões de dólares em multas por barulho, contaminação por resíduos e pragas, ou por ter que retirar seus produtos das prateleiras.² Mas muitas dessas corporações de carne são as mesmas na transição proteica.

O relatório *Proteins and Politics*³ questiona o protagonismo excessivo das proteínas como o componente mais importante da alimentação humana. O sistema pecuário industrial ocupa 80% das terras agrícolas de todo o mundo. Embora desde a década de 1970 as discussões que colocavam as proteínas como o eixo da alimentação sejam ultrapassadas, as empresas desses setores continuam argumentando que a humanidade, em seu crescimento imparável, precisa cada vez mais de carne.

A origem dos problemas de fome e desnutrição está nos problemas econômicos, políticos e ambientais que atingem todas as regiões do mundo. Comunidades agrárias e regiões inteiras dentro de cada nação são forçadas a parar de cultivar seus meios de subsistência diante da perda de terras e da invasão de monoculturas para exportação. Milhões de camponesas e camponeses ou mesmo agricultores comerciais precisam conseguir dinheiro para comprar comida.

2 Relatório do Grupo ETC Group Report, Barones de la Alimentación, mapeo del poder corporativo en la alimentación, 2022.

3 IPES-Alimentos, Proteínas y política. Mitos y realidades sobre la carne, el pescado, las "proteínas alternativas" y la sostenibilidad, abril de 2022.

Desenho: "a linha de montagem", Andrea Medina



Quando se critica a produção de carne pela poluição que causa, presume-se que alcançaremos um “ambiente saudável” reduzindo as emissões de metano derivado da produção industrial de gado. Esse aspecto rouba a atenção do restante das emissões da civilização do petróleo, que não derivam da produção de vacas, distrai de outros males sistêmicos que resultam na perda de plantas, animais e ecossistemas inteiros, como a mineração, mudanças no uso do solo, urbanização selvagem, geração de lixo.

As mensagens contraditórias que as empresas de carne real e sintetizadas em laboratório fazem circular são: que as proteínas de origem animal são cruciais para acabar com a fome. Que comer carne segue sendo sinônimo de sair da pobreza. Mas como a carne pode ser ruim para o planeta e para a saúde humana, deve haver substitutos. Ou seja, precisamos de mais proteína, mas menos carne. Promovem com novas artimanhas a mesma comida industrial de sempre, mas supostamente livre de contaminação, de sofrimento animal e até mesmo livre da terra e dos agricultores.

Enquanto a carne industrializada está em questão, a pecuária camponesa contribui para o sustento de 1,7 bilhão de camponeses nos países do Sul. Os animais que não vêm de fazendas industriais servem de alimento, mas também de abrigo (lã e couros), como força de tração para o trabalho agrícola e o transporte, ajudam a fertilizar o solo, permitem o aproveitamento de terras marginais ou em descanso, e fazem parte do tecido comunitário para além do seu valor de troca. Garantem renda e segurança alimentar em inúmeras regiões rurais. Ainda agora, nas comunidades camponesas ao redor do mundo e em pequenas cidades, a carne é consumida com moderação e com dignidade para os animais.

A onda de proteína alternativa nunca falará sobre a reconstrução de sistemas alimentares variados, descentralizados e equilibrados, onde a carne não esteja no centro, mas também não seja eliminada ou substituída. Jamais mencionará a importância da criação de animais em quintais e terras comunais para milhões de camponesas e camponeses, nem dialogará com os mais afetados sobre como solucionar as carências nutricionais de acordo com seus problemas específicos, seus territórios e suas cozinhas. 🍄

A relação fundamental entre animais e comunidades, bem como a diversidade de formas como são criados, preparados e consumidos, foi reduzida à ingestão de enzimas, o que a indústria e os especialistas globais em alimentos chamam de “transição proteica”.



Rio no Território Tsáchila contaminado com resíduos das fazendas industriais. Foto Xavier León (GRAIN)

Um olhar e muitos ângulos

PANDEMIAS E FAZENDAS INDUSTRIAIS

Uma das piores armadilhas que acompanharam o estabelecimento do Protocolo de Quioto (parte da Convenção sobre Mudanças do Clima), é que os governos aceitaram que, em vez de reduzir efetivamente as emissões de gases de efeito estufa nas fontes, os países do Norte e as empresas que mais produzem podem pagar a outras (que tenham menos emissões) para continuar contaminando, seja por meio de fundos administrados por governos, ou através de mercados privados de carbono. Isso não melhora a mudança climática, mas deu lugar a novas fontes de negócios e de especulação financeira com mercados primários e secundários de créditos de carbono. Pior ainda, os chamados “sumidouros de carbono”, com os quais as empresas compram seu direito de contaminar, são negócios vantajosos para elas mesmas ou para outras grandes transnacionais, como é o caso das extensas plantações de monoculturas de árvores, com enormes prejuízos ambientais e sociais. Uma forma desse perverso mercado é o chamado

“Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)”, que existe dentro da Convenção sobre Mudança do Clima. Baseia-se em compensar as empresas por “evitar” a hipotética emissão futura de mais gases de efeito estufa. A maioria dos projetos dentro do MDL favorece empresas tremendamente contaminadoras e nocivas ao meio ambiente, porque a compensação é dada em comparação com o quão suja seria a produção sem o projeto apresentado. Essa contabilidade não contempla o que é realmente necessário: que esse tipo de produção desapareça. Existem opções verdadeiramente “limpas” e sustentáveis: produção agrícola e pecuária camponesa, descentralizada e de pequena escala.

O projeto MDL da Granjas Carroll é um empreendimento conjunto desta (propriedade da transnacional Smithfield, maior produtora mundial de suínos, mas que se apresenta como contraparte do México), da Cargill International SA, com sede na Suíça, e a Ecoscurities Ltd., do Reino Unido. Esta última é uma empresa transnacional de

transações com bônus e créditos de carbono.

A atividade do projeto é a “recuperação de metano” (um importante gás de efeito estufa), alegando que será produzido biogás para gerar eletricidade com parte do metano que é emitido nas imensas e poluidoras lagoas de excrementos de porcos. O projeto é mínimo em relação às emissões e múltiplos outros impactos das Granjas Carroll, e justifica a produção industrial, já que para captar a suposta quantidade alegada de gás, os animais devem estar concentrados, e o excremento deve ser líquido. Os gases emitidos pelos excrementos do gado, se não estivessem confinados e em enormes quantidades, seriam muitíssimo menores ou neutros, pois a matéria fecal dos animais em campo aberto seca e é absorvida de forma natural pelo solo, servindo também como fertilizante que favorece o crescimento de pastagem que absorve e retém carbono.

Pelo contrário, a lógica da Granjas Carroll e das outras empresas de criação industrial de animais é que elas devem ser pagas para gerenciar o problema que elas mesmas causam. Silvia Ribeiro, “Cerdos climáticos”, La Jornada, México, 10/10/2009

As comunidades Tsáchilas da província de Santo Domingo de los Tsáchilas, no Equador, há mais de duas décadas vêm denunciando a contaminação do ar e de vários de seus rios por conta dos dejetos gerados pelas fazendas de frangos e de porcos da Pronaca, empresa equatoriana dedicada à produção de alimentos e uma das cinco maiores companhias do país. [...]

Que o ar e os rios Pove, Peripa e Chigüilpe foram contaminados por dejetos animais, que perderam território com a expansão da empresa e que nunca lhes foi aplicada a consulta prévia, livre e informada. “Como comunidade já não podemos mais fazer todas as nossas atividades diárias, não podemos pescar, nem tomar banho no rio. Nossos espaços culturais parecem fechados. Dizemos basta, queremos preservar nosso modo de vida e se nos tiram a água, nos tiram a vida”, diz Byron Calazacón, porta-voz da nacionalidade indígena Tsáchila. [...]

Em 2008, membros das comunidades locais, incluindo Tsáchilas, recorreram à Corte Constitucional para apresentar uma ação de proteção e deter a construção de seis novos biodigestores que a Pronaca estava instalando para processar o metano proveniente de suas fazendas intensivas de porcos. [...]

Em 2009, o juiz negou o pedido de paralisação da instalação de biodigestores, mas reconheceu os graves problemas sociais e de contaminação ambiental causados,

razão pela qual determinou a criação de uma comissão para fiscalizar as atividades da Pronaca, com especial atenção para o descarte de resíduos e o consumo de água.

No entanto, esta comissão reuniu-se apenas uma vez e a avaliação integral não foi realizada porque o Estado alega falta de fundos para realizá-la, “apesar de esta avaliação ter sido uma das principais demandas das comunidades afetadas”, diz o relatório da Coordenadoria Equatoriana de Organizações para a Defesa da Natureza e do Meio Ambiente (CEDENMA). Segundo representantes das comunidades atingidas, nenhum membro da comunidade esteve presente na única reunião realizada pela comissão. Antonio José Paz Cardona, “Ecuador, organizaciones denuncian que préstamos del Banco Mundial y del BID para financiar granjas de cerdos y pollos ignoraron denuncias ambientales” Mongabay Latam, 20 de junho de 2023

A industrialização e a consolidação corporativa da produção de carnes geram maiores riscos para o surgimento de pandemias globais como a da Covid-19. Os governos e os grandes frigoríficos menosprezam completamente essa realidade.

Assim, a Smithfield USA, agora subsidiária do grupo chinês WH, teve que declarar um surto em suas instalações nos EUA, que por alguns dias foram um dos focos de contágio mais densos do planeta.

“Creio que nossos funcionários, embora alguns estejam preocupados, são gratos por ter emprego e receber seu salário, enquanto muitos nos Estados Unidos temem perder seus empregos ou já os perderam”, disse Ken Sullivan, diretor executivo da Smithfield Foods.

Quando se soube do contágio, a fábrica de Sioux Falls não interrompeu suas operações e ainda deu um bônus de US\$ 500 para quem não faltou mesmo se sentindo mal. “Em 9 de abril, o número de casos relatados de Covid-19 na fábrica disparou para mais de 80, e os trabalhadores de Smithfield e a população de Sioux Falls ficaram preocupados. Um protesto foi realizado no exterior para apoiar os trabalhadores, depois que muitos deles expressaram sua preocupação com as condições inseguras de trabalho, como não fornecer máscaras e obrigá-los a trabalhar muito próximos uns dos outros”.

Sob pressão, a Smithfield concordou com uma paralisação de três dias para fazer “limpeza” no final de semana. “Suspender a operação não é uma opção. As pessoas precisam comer”, disse o diretor. Nos dias que se seguiram, o número de trabalhadores infectados na fábrica continuou a aumentar, chegando a impressionantes 350 casos até 13 de abril. A fábrica processadora de carne, neste momento, respondia por 40% dos casos de Covid-19 no estado e chegou a se tornar o pior foco de coronavírus no país,

A maioria dos projetos dentro do MDL favorece empresas tremendamente contaminadoras e nocivas ao meio ambiente



Parte de um galpão de galinhas pondo ovos em uma fazenda industrial. Foto: Iván Castaneira

com trabalhadores que transmitiam Covid-19 para suas famílias e suas comunidades, e potencialmente muito mais

Os chamados “sumidouros de carbono”, com os quais as empresas compram seu direito de contaminar, são negócios vantajosos para elas mesmas

distantes, através das extensas cadeias de distribuição da campanha. Somente depois que o prefeito de Sioux Falls enviou uma carta ao Diretor Executivo da Smithfield, Ken Sullivan, também assinada pelo governador, instando a empresa a fechar a fábrica por no mínimo 14 dias, a Smithfield cedeu e fechou a fábrica por período “indeterminado”. [https://](https://www.biodiversidadla.org/Documentos/El-dano-global-de-las-granjas-fabriles)

www.biodiversidadla.org/Documentos/El-dano-global-de-las-granjas-fabriles

Embora as populações de animais possam ser divididas em industriais e de quintal, estas últimas foram criadas por séculos sem surtos inesperados de influenza com novos patógenos. As condições para o aparecimento de cepas como essa parecem estar melhor representadas nos animais industriais. Otte et al. (2007) tabularam surtos em fazendas industriais e em pequenos criatórios em busca de gripes altamente patogênicas. Na Colúmbia Britânica, 5% das grandes fazendas abrigavam infecções por H7N3 em 2004, enquanto em apenas 2% de suas pequenas propriedades houve surtos. Na Holanda, 17% das fazendas industriais abrigaram surtos de H7N7 em 2003, enquanto apenas 0,1% de suas propriedades com animais de quintal tiveram algum surto.

Mesmo que esses ou outros vírus de influenza tivessem se desenvolvido primeiro em pequenas instalações, são as populações industriais as ideais para servirem de suporte

para os patógenos virulentos. Os monocultivos genéticos tiram as possibilidades de imunização que poderiam retardar ou tornar mais lentos os processos de transmissão. As populações maiores e com maior densidade facilitam as taxas de transmissão. As condições de amontoamento deprimem as respostas imunológicas. O fato de haver muita rotatividade, a mera ideia da produção industrial implica que cheguem novos suprimentos de populações suscetíveis (o combustível para que a virulência evolua). Robert Wallace, “The Agroindustrial Roots of Swine flu H1N1”, 26 de abril de 2009, farmingpathogens.wordpress.com/

Acumula-se evidência científica de que a pandemia de H1N1 emergiu de porcos e já circulava na indústria suína norte-americana, onde as condições eram ideais para a evolução de tais vírus muito mais cedo do que em humanos. Desde o início da pandemia de H1N1, as autoridades em quase todos os países pouco fizeram para aumentar a supervisão das instalações de produção intensiva de suínos. A prática comum é deixar que as companhias façam o monitoramento, sem a obrigatoriedade de notificar a doença caso seja constatada. Portanto, é provável que os relatórios de surtos que apareceram representem apenas uma fração do número real. No entanto, eles são suficientes para indicar que a pandemia de H1N1 esteve muito disseminada nos criatórios industriais de suínos “confinados” em todo o mundo. https://www.biodiversidad-la.org/Noticias/Recordando_La_Gloria_nuevo_documental_rastrea_origenes_de_pandemia_de_virus_H1N1. https://www.biodiversidadla.org/Noticias/Recordando_La_Gloria_nuevo_documental_rastrea_origenes_de_pandemia_de_virus_H1N1

QUEM FINANCIA A PRODUÇÃO INTENSIVA DE CARNE NO EQUADOR

Elizabeth Bravo (Ação Ecológica) e Xavier León (GRAIN)

A pesar de todos os problemas ambientais da criação intensiva de animais, os cinco principais Bancos Públicos de Desenvolvimento investiram nos últimos dez anos mais de 4,5 bilhões de dólares para financiar empresas de pecuária industrial, em países como Brasil, Equador, México, China, Vietnã, Madagascar e Quênia, tudo sob o pretexto do “desenvolvimento sustentável”. A Corporação Financeira Internacional (CFI), braço de empréstimos do Banco Mundial para o setor priva-

do, desde 2010 facilitou o financiamento de mais de US\$ 1,8 bilhão a pecuaristas.¹

Atualmente, os bancos públicos de desenvolvimento financiam operações industriais em grande escala da Louis Dreyfus Company (LDC, rações animais), Marfrig (carne bovina), Mavin (suínos) e Pronaca (suínos e aves), entre outras.

1 <https://foe.org/projects/factory-farm-finance/>



O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Financeira Internacional (CFI) estão apoiando, por meio do financiamento, a expansão e fortalecimento de empresas gigantes de carnes e laticínios, como Minerva e Smithfield Foods.²

Desde 2017, o BID Invest — o braço privado do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) — aumentou em mais de 20 vezes seus investimentos em pecuária (sua carteira está atualmente em torno de 500 milhões). Este banco tinha em sua agenda financiar a transnacional brasileira Marfrig Global Foods com milhões de dólares para expandir suas operações, mas devido à pressão de organizações de direitos animais, humanos e ambientais — agrupadas na campanha Stop Factory Farming Finance (SFFF) — conseguiu-se cancelar o empréstimo.³

No caso do empréstimo da CFI para a gigante do agronegócio Louis Dreyfus LDC, a campanha internacional contra a expansão de fazendas de criação intensiva focou em questionar suas compras de milho e soja — especial-

mente destinados à alimentação balanceada em fazendas industriais — provenientes do Cerrado brasileiro, um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo, devido ao avanço do agronegócio. Apesar da forte campanha contra esse empréstimo, ele foi aprovado e a Louis Dreyfus recebeu US\$ 200 milhões.⁴

Um estudo publicado em 20 de junho de 2022 descreveu que a Agrícola Xingu, fornecedora indireta da

LDC, não apenas é responsável pelo desmatamento de mais de 32.100 hectares no Cerrado, mas também faz parte de um grupo de produtores industriais que reivindicam a “posse” de uma área ocupada há mais de 300 anos pela comunidade tradicional de Capão do Modesto, no estado da Bahia.⁵ Dois casos de empréstimos para a indústria de carnes no Equador são exemplares:

Pronaca: empresa que controla a indústria de suínos e aves. No início de 2021, o CFI aprovou um empréstimo de 50 milhões de dólares para a expansão das fazendas

agroindustriais da Pronaca, a maior empresa produtora de frangos e suínos do país, com um histórico polêmico por causar graves problemas sociais e ambientais no Equador.

A Pronaca possui mais de 30 fazendas industriais, de suínos e aves, construídas na província de Santo Domingo de Tsáchilas, e com 115 operações em outras 10 províncias do Equador.⁶ Cada fazenda pode chegar a abrigar milhares de suínos ou aves. A empresa foi denunciada pelas comunidades do entorno, devido à contaminação dos rios provocada pelos dejetos animais, o que resulta em graves impactos à saúde humana e à natureza.

Os danos ambientais pelos quais a empresa é responsável, particularmente na Província de Santo Domingo de los Tsáchilas, estão bem documentados. Lá, a Pronaca

6 <https://www.accioneologica.org/pese-a-las-denuncias-de-contaminacion-en-santo-domingo-de-los-tsachilas-pronaca-pretende-seguir-recibiendo-fondos-del-banco-mundial/>

Henry Calzacón, líder Tsáchila, argumentando contra as fazendas industriais.
Foto: Xavier León (GRAIN)



Vários estudos sobre a qualidade da água dos rios mostram contaminação que em alguns casos ultrapassa centenas de vezes os máximos autorizados, e o cheiro nas áreas próximas é fétido

2 Ver os projetos que IFC financia: <https://disclosures.ifc.org/>

3 <https://www.sinergiaanimal.org/single-post/idb-cancela-prestamo-marfrig>

4 <https://www.accioneologica.org/pese-a-sus-conocidos-impactos-siguen-inyectando-dinero-a-la-industria-camaronera/>

5 <https://reporterbrasil.org.br/2022/06/soja-produzida-por-empresa-envolvida-em-conflito-fundiario-no-matopiba-abastece-multinacionais-do-setor/>

abriga cerca de 1 milhão de porcos, quase o dobro da população humana. Os moradores que vivem nas áreas de influência das fazendas de suínos reclamam porque os dejetos desses animais vão parar no rio, o contaminando com bactérias coliformes fecais. Vários estudos sobre a qualidade da água dos rios mostram contaminação que em alguns casos ultrapassa centenas de vezes os máximos autorizados, e o cheiro nas áreas próximas é fétido.⁷

O povo Tsáchila, com uma população de 3 a 4 mil pessoas, que vivem em sete comunas da província, depende dos rios para o abastecimento de peixes, água para seus cultivos e para cozinhar, e tomar banho. Este povo e a população camponesa, conseqüentemente, são afetados.

O modelo imposto pela Pronaca tem gerado enorme dependência no mundo rural, uma vez que esta empresa

controla toda a cadeia do milho / rações / frangos / suínos, até chegar à população que os consome.

A Pronaca provocou a expulsão de quem cria frangos e porcos em pequena escala. Também houve uma expansão da fronteira do milho em extensas áreas agrícolas que antes eram destinadas à produção de alimentos, e agora produzem rações. A Pronaca também exerce controle no setor dos consumidores. Desde que se tornou a empresa líder na produção de animais de criação industrial, o consumo de derivados de carne disparou, concentrando perigosamente a alimentação do país.

Dado o enorme controle que a Pronaca exerce sobre toda a cadeia milho / ração / carne de frango e de suíno, ela pode impor os preços dos insumos que abastecem a indústria, e dos produtos que chegam ao prato de quem consome.

A Pronaca é atualmente a sexta maior empresa do país,⁸

7 <https://www.cedenma.org/pronaca-contamina/>

8 <https://ekosnegocios.com/ranking-empresarial>

Galpões com dejetos produzidos pelas fazendas industriais no território dos Tsáchila. Foto: Xavier León (GRAIN)



com um grande poder de mercado, e com o apoio de várias instituições financeiras internacionais, apesar de que nosso país, segundo o artigo 188 da Constituição, deveria privilegiar a produção camponesa para a soberania alimentar.

Em 2013, a CFI concedeu outro empréstimo de US\$ 70 milhões à Pronaca para uma maior expansão das operações de gado da empresa em Santo Domingo de los Tsáchilas. Mais de um ano depois, o Ministério do Meio Ambiente aprovou as licenças de 14 fazendas da Pronaca.⁹

Segundo informações da CFI, o empréstimo de 2021 foi de 50 milhões de dólares que seriam usados para apoiar o programa de investimentos da empresa durante 2020-2022.¹⁰ O programa de investimentos da Pronaca “enfoca na melhoria da eficiência e na expansão da capacidade em suas fábricas de rações, fazendas de suínos e instalações de processamento de carne de suínos e aves”, ou seja, ampliar a fronteira avícola e suína no país. A informação do CFI acrescenta que a empresa é propriedade das famílias Bakker e Gerritsen, do Equador, e das famílias Gutiérrez e Bosch, da Guatemala.

Financiamento da indústria camaroneira. Em 5 de agosto de 2022, a Corporação Financeira Internacional anunciou mais um financiamento para a indústria da carne no Equador. Um empréstimo de 45 milhões de dólares para “melhorar a resiliência do setor camaroneiro”, concedido à Industrial Pesquera Santa Priscila S.A., a principal exportadora de camarão do país.

O modelo imposto pela Pronaca tem gerado enorme dependência no mundo rural, uma vez que esta empresa controla toda a cadeia do milho / rações / frangos / suínos, até chegar à população que os consome

Esta pesqueira pertence à família Salem, parente de um ex-vice-presidente do país. O comunicado de imprensa da CFI diz que se “ajudará a empresa a expandir seu número de fazendas e melhorar sua automação e produtividade”.

Embora o empréstimo da CFI seja da categoria B, que inclui “atividades comerciais com riscos potenciais e/ou impactos ambientais ou sociais adversos limitados, que são poucos em número, geralmente específicos do local, amplamente reversíveis e facilmente tratados por meio de medidas de mitigação”, não são desconhecidos os graves impactos decorrentes da expansão da indústria camaroneira no ecossistema do manguezal e nas populações que tradicio-

nalmente cuidam dele e dele dependem para sua sobrevivência. O arquivo do empréstimo afirma que os recursos serão usados para: “financiar a aquisição da fazenda Califórnia, que inclui 1.300 hectares de fazendas camaroneiras na área de Naranjal, perto de Guayaquil; e conectar esta fazenda à rede elétrica, eliminando o uso de geradores a diesel nos sistemas automatizados de bombeamento, aeração e alimentação (o ‘Projeto’)”. A empresa espera diminuir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e melhorar os níveis de produtividade em seus tanques de camarões devido à maior estabilidade e qualidade da oxigenação.”¹¹

A nota acrescenta que os fundos da CFI só serão investidos em fazendas que estejam adaptadas aos padrões de certificação do Aquaculture Stewardship Council (ASC) ou Best Aquaculture Practices (BAP), promovendo boas práticas com benefícios de sustentabilidade. O ASC foi fundado em 2010 pela WWF e pela fundação Sustainable Trade Initiative (IDH), como um programa de rotulagem e certificação para produtos da aquicultura. Nenhum desses sistemas de certificação avalia os impactos da indústria camaroneira nas populações locais, problemas muito bem documentados e amplamente denunciados. No Equador, os inconvenientes associados à indústria camaroneira começaram na década de 1970 e continuam até hoje.

O projeto está localizado no cantão de Naranjal, onde está localizada parte da Reserva Manglares Churute, que já foi fortemente afetada pelas camaroneiras.

Nos últimos anos, a indústria camaroneira começou a se expandir em terras agrícolas, afetando a produção de alimentos e a soberania alimentar. Espalhou-se por zonas úmidas de água doce de grande importância ecológica, pondo em perigo a fauna e a flora nativas destes ecossistemas.

Apesar desta empresa continuar crescendo com recursos dos bancos públicos de desenvolvimento, a resistência das comunidades indígenas e camponesas continua.

As comunidades Tsáchila estão atualmente se articulando com organizações camponesas e ecologistas para continuar denunciando e resistindo à expansão da criação intensiva de animais.

Os bancos públicos de desenvolvimento devem parar de financiar essas atividades que contribuem para o desmatamento, a perda de territórios indígenas e camponeses, e violam os direitos coletivos e da natureza. 🌱

9 https://www.biodiversidadla.org/Noticias/Ecuador_Pronaca_El_costo_oculto_de_la_agroindustria

10 <https://disclosures.ifc.org/>

11 <https://disclosures.ifc.org/>

MAIS NENHUMA FÁBRICA DE SUÍNOS!

**Vamos defender a água e o território
frente à expansão das mega fábricas de suínos na América**

Karen Hudlet Vázquez*

Em fevereiro de 2023, a polícia despejou um acampamento pacífico de protesto na comunidade maia de Sitilpech, em Yucatán, no México, que havia sido organizado dias antes no Campamento La Esperanza para que não reabrisse uma mega fazenda (ou mega fábrica) com cerca de 48 mil porcos. Várias organizações documentaram o uso da força durante o despejo, ocorrido na madrugada. Desde 2021, a população de Sitilpe-

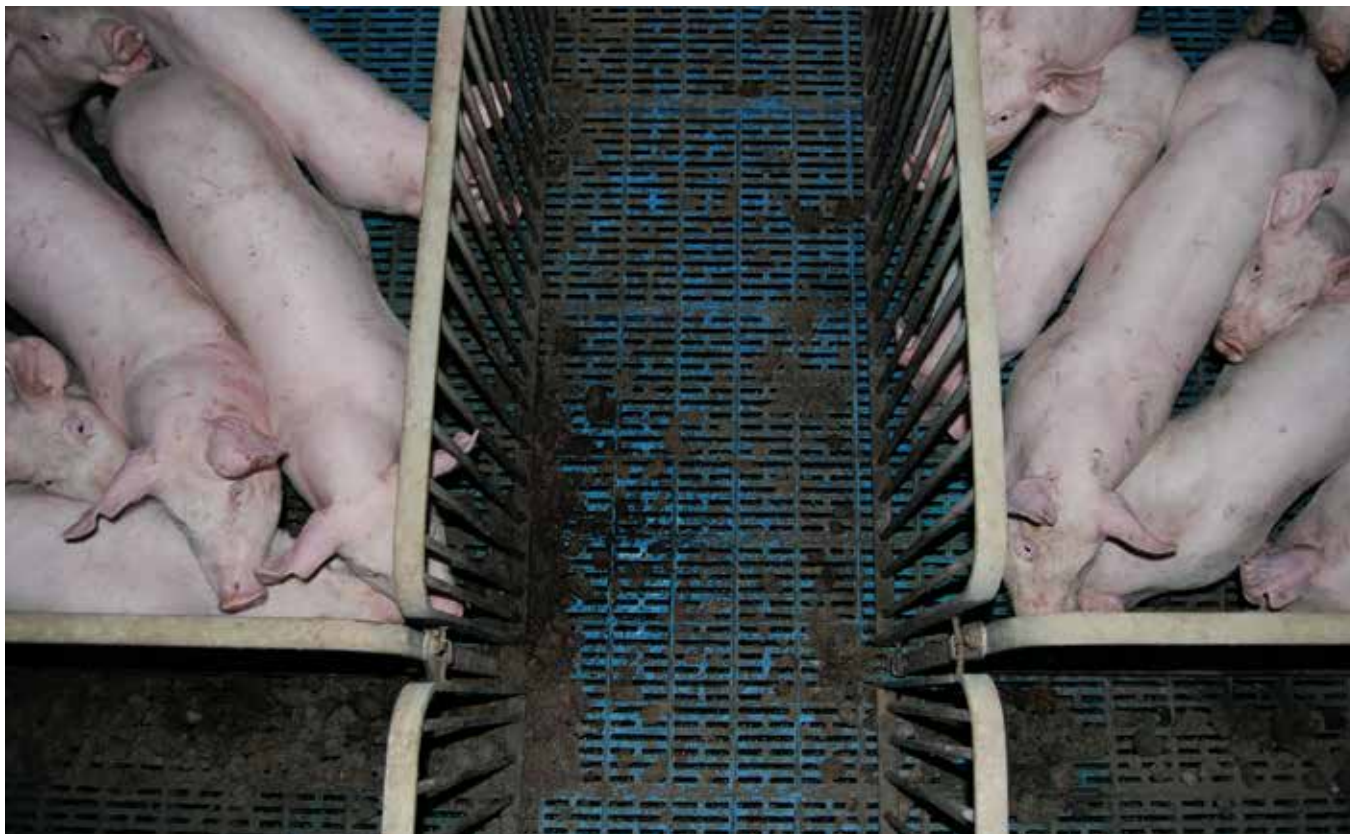
ch, um povoado maia localizado a um quilômetro desta megafábrica de carne, está organizada para se defender e denunciar as violações aos direitos humanos, incluindo os direitos à infância, à saúde, ao meio ambiente saudável, e aos direitos dos indígenas povos frente a este megaprojeto que contamina o ar e a água do povoado.

São muitas as comunidades em Yucatán, no México, e em outras partes da Américas que estão organizadas para defender seu território, a água, o

ar e outras formas de vida e de produção de alimentos diante da expansão do modelo agroindustrial de produção de carne em fábricas.

São muitas pessoas as defensoras que enfrentam os riscos de se oporem a esse modelo extrativista e de defenderem outras alternativas de vida. No entanto, quase não se discutem as múltiplas violações dos direitos humanos e da natureza que estão associadas às fábricas de carne, que se expandem a partir dos Estados Uni-

* Karen Hudlet trabalha com organizações e redes de afetados pelas fazendas industriais de criação intensiva Superlotação de suínos nas fazendas. Ver www.ceccam.org





Lodo e resíduos tóxicos no entorno das fazendas industriais no Território Tsáchila. Foto: Xavier Leon (GRAIN)

dos, onde é o modelo predominante de produção, para a América Latina e outras partes do mundo.

As fazendas industriais e seus múltiplos impactos ambientais e sociais. A indústria da carne, principalmente as fábricas de suínos, fazem parte do modelo agroextrativista que consiste na apropriação e mercantilização da natureza, dos humanos e dos animais não humanos, mediante um intercâmbio desigual: alguns se beneficiam da receita enquanto outros sofrem os impactos negativos da indústria.

Este modelo implica ter milhares de porcos em espaços fechados e em condições de maus-tratos, impossibilitados de sair, para que os porcos concentrem a sua energia na produção de carne. A concentração de milhares de animais em um espaço reduzido produz grandes quantidades de dejetos (fezes e urina) que contaminam o solo, o ar e a água, e afetam a saúde da natureza, das pessoas e dos animais.

A quantidade de resíduos produzidos nessas mega fazendas é demasiada, rompendo o ciclo pelo qual esses dejetos poderiam ser processados e usados na fertilização de cultivos se fossem produzidos em menor escala. Para poder entender as dimensões e a

Essa indústria é responsável pelo desmatamento, perda de biodiversidade, grilagem de terras e deslocamento de outras formas mais sustentáveis de produção de alimentos. Somam-se a isso os impactos negativos dos monocultivos, em sua maioria transgênicos, já que essa pecuária industrial e o agronegócio se reforçam mutuamente

quantidade de dejetos, basta saber que uma fábrica com 80 mil porcos produz a matéria fecal gerada pela população de uma cidade como Tijuana, no norte do México.¹ Esses dejetos se acumulam em lagoas (fechadas ou abertas) e posteriormente são espalhados crus e sem processamento em pastagens, lavouras e até mesmo em matas e florestas, contaminando territórios indígenas e camponeses.

Os dejetos assim utilizados, sem o processo de humificação, contaminam o ar e a água, provocando doenças respiratórias, gastrointestinais,

entre muitas outras. Quem vive perto de uma fábrica de porcos enfrenta a fedentina contínua que afeta sua saúde e qualidade de vida.² A maioria das fazendas-fábricas de suínos está instalada em territórios indígenas, camponeses e/ou afrodescendentes, o que representa um colonialismo e um racismo ambiental.

Em geral, as fábricas de porcos fazem parte de um sistema integrado vertical, onde uma empresa controla a distribuição dos leitões, o alimento e o abate, enquanto subcontrata outras para a engorda dos animais. Não devemos pensar nas fazendas de suínos como unidades isoladas, mas sim como partes de uma infraestrutura mais ampla composta por centenas de fábricas, abatedouros, plantas processadoras e outras infraestruturas localizadas em vários territórios camponeses e indígenas, e que operam interligadas para satisfazer o consumo global de carne agroindustrial. Isso acarreta vários impactos cumulativos.

¹ Ver, solicitação de audiência temática: https://www.biologicaldiversity.org/campaigns/industrial_animal_agriculture/pdfs/AudTematicaFabricaCarneESP.pdf

² Para saber mais sobre os impactos das fábricas de suínos, consulte o amicus curiae preparado por acadêmicos e organizações ambientais para o caso de Homún, disponível em: https://www.biologicaldiversity.org/programs/environmental_health/pdfs/Homun-Amicus-2ºVara-wAnexo-0225.pdf



Falta

A concentração de milhares de animais em um espaço reduzido produz grandes quantidades de dejetos (fezes e urina) que contaminam o solo, o ar e a água, e afetam a saúde da natureza, das pessoas e dos animais

Essa indústria é responsável pelo desmatamento, perda de biodiversidade, grilagem de terras e deslocamento de outras formas mais sustentáveis de produção de alimentos. Somam-se a isso os impactos negativos dos monocultivos, em sua maioria transgênicos, já que essa pecuária industrial e o agronegócio se reforçam mutuamente: uma parte importante dele se destina à alimentação animal.

Quem apoia e financia as fábricas de carne? A expansão das fazendas de criação intensiva na América Latina é financiada principalmente através de empréstimos de bancos públicos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (através do BID Invest) e o Banco Mundial (através da Corporação Financeira Internacional-CFI).

No Equador, a empresa produtora carne de suínos e aves Pronaca é uma cliente de longa data do CFI. Desde o início da pandemia até o presente, o Pronaca recebeu mais de 150 milhões de dólares em empréstimos de bancos

públicos de desenvolvimento para expandir suas operações em todo o Equador.³

No México, uma das maiores fazendas agroindustriais é propriedade do grupo suíno Keken. Este grupo recebe financiamento principalmente do banco público mexicano de desenvolvimento através do Bancomext, que lhes concedeu créditos de mais de 50 milhões de dólares nos últimos anos.⁴ Assim, a expansão dessas fazendas com seus conflitos e sua criminalização, é financiada pelo Estado mexicano e por outros bancos internacionais.

No Chile, as fazendas de criação intensiva pertencem principalmente à Agrosuper, que recebeu mais de 100 milhões de dólares em financiamento

por meio de “bônus verdes”⁵ respaldados pelo governo chileno e promovidos por entidades financeiras de bancos públicos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento Bank (BID Invest) e bancos internacionais como o Rabobank, da Holanda.⁶ Os bônus são para se expandir no negócio da criação intensiva de salmão, cujos métodos de criação são muito questionados devido ao uso indiscriminado de antibióticos.

A Agrosuper se envolveu em conflitos com comunidades camponesas no Atacama, no município de Freirina, onde a empresa instalou um megaprojeto de criação intensiva de suínos, gerando fortes impactos devido à emissão de odores, moscas e outras contaminações. Finalmente, os protestos dos moradores conseguiram

5 Los “BonosVerdes” son instrumentos financieros de deuda que supuestamente sirven para que las compañías inviertan en reducir el impacto de cambio climático. En la práctica la etiqueta, bono verde, se puede aplicar a cualquier forma de deuda, permitiendo el “Green Washing” y que en realidad utilicen estos fondos para asegurar su expansión y concentración en el mercado.

6 <https://www.latercera.com/pulso/noticia/agrosuper-suscribe-credito-verde-us100-millones-financiar-compra-aquachile/380587/>

3 https://www.greenfinancelac.org/wp-content/uploads/2019/12/LatAm_SotM_19_ESP_Final_03_print.pdf

4 https://kuo.com.mx/site/uploads/es/documents/reportes_bmv/kuo_reporte_bmv_17T3.pdf

que a empresa fechasse as explorações de criação intensiva nesta área.⁷

No Brasil, a empresa transnacional BRF, uma das maiores agroindústrias de criação intensiva de suínos e aves, emitiu “bônus verdes” de mais de 500 milhões de dólares para financiar sua expansão. A BRF também recebeu uma linha de crédito do banco público Banco do Brasil, de até 288 milhões de dólares.⁸ Além disso, 22% das ações dessa empresa pertencem a fundos de pensão do Banco do Brasil e da Petrobras. Esses créditos e mecanismos de financiamento serviram para tornar a BRF uma das maiores empresas de criação intensiva do mundo.

A BRF esteve recentemente envolvida em vários escândalos de corrupção e adulteração de resultados de laboratório, para ocultar a contaminação de lotes de carne com salmonela.⁹ Esse caso evidencia que a esses agronegócios interessam mais seus lucros do que os riscos à saúde de seus produtos, com a cumplicidade e os recursos do Estado.

A resistência contra as mega fábricas de suínos. Dados os múltiplos e desastrosos impactos negativos, não surpreende que haja resistência contra as fazendas industriais por parte das populações camponesas e indígenas onde essas fábricas são instaladas.

Em Yucatán, no México, várias comunidades estão defendendo seu território, a natureza e seu modo de vida (milpa, apicultura, ecoturismo em cenotes) frente à expansão das fábricas de suínos. As aldeias maias organizaram suas próprias consultas para de-



Uma mega fazenda tecnificada. Ver www.ceccam.org

fender seu direito à livre autodeterminação e para decidir sobre o modelo de desenvolvimento que desejam em seu território. Organizaram o monitoramento cidadão da água e entraram com diversas ações judiciais. A comunidade de Homún conseguiu parar uma fazenda com 49 mil porcos para garantir os direitos da infância maia e a proteção dos cenotes. Em Freirina, no Chile, a organização social e a resistência conseguiram deter uma fábrica de processamento que alimentaria mais de 2,5 milhões de porcos no deserto do Atacama. Na Argentina, por meio da ampla participação cidadã e da reivindicação do direito de acesso à informação, foi suspensa a assinatura de um acordo com a China para produzir carne suína e exportar para aquele país. No entanto, o acordo passou do nível nacional para a negociação com as províncias. Nos Estados Unidos, comunidades afro-americanas na Carolina do Norte conseguiram levar um gigante corporativo ao tribunal para assumir a responsabilidade de contaminação de seus parceiros.

No Equador, os danos ambientais causados pela empresa Pronaca, especialmente na província de Santo Domingo de los Tsáchilas, estão bem documentados. Ver textos nesta mesma edição.¹⁰

Em 2022, após uma reunião em

Homún, entre várias comunidades, organizações e academia, foi publicada a Declaração da América sem mega fazendas industriais de porcos¹¹, que mostra os impactos desses empreendimentos. E convoca autoridades, bancos, doadores e instituições internacionais para que parem com isso modelo agroextrativista fechando fábricas, cessando subsídios ao modelo agroindustrial, juntamente com a promoção da soberania alimentar e do respeito aos direitos humanos, incluindo a livre determinação, e a defesa da terra e do território das comunidades indígenas e camponesas.

No início de 2023, novamente, cerca de 20 organizações, com o apoio de outras 243, solicitaram uma audiência temática perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a indústria da carne. É urgente que as instituições nacionais e internacionais reconheçam a magnitude do problema e a necessidade de coibir as violações dos direitos humanos relacionadas com o modelo agroindustrial das fazendas fábricas. É preciso que as pessoas se informem sobre esse modelo agroindustrial e apoiem as múltiplas resistências contra essas empresas 🍌

7 <https://olca.cl/articulo/nota.php?id=109535#:~:text=En%202012%2C%20el%20pueblo%20de,olores%2C%20moscas%20y%20otras%20problem%C3%A1ticas>.

8 <https://www.americaeconomia.com/negocios-industrias/brasilena-brf-contrata-lineas-de-credito-por-casi-us270m-para-reforzar-la>

9 <https://www.cronista.com/internacionales/Brasil-detienen-a-ex titular-del-gigante-alimentario-BRF-por-sobornos-20180305-0072.html>

10 <https://www.cedenma.org/pronaca-contamina/>

11 <https://www.greenpeace.org/static/planet4-mexico-stateless/2022/05/d11b10b7-declaracion-de-america-sin-fabrica-de-cerdos-primer-borrador.pdf>



Porcos crioulos na Península de Yucatán, México, ver www.ceccam.org

UMA BREVE HISTÓRIA DA DESTRUIÇÃO DA SUINOCULTURA CAMPONESA NO MÉXICO*

Álvaro Salgado

A suinocultura colonial. A pecuária no México é uma pecuária crioula vinda sobretudo da Europa. Tem origem na Colônia e foi apropriada ou adaptada em criações camponesas indígenas. Há referências de que Cortés comunicou ao rei, numa carta de 1526, como fez contato com um navio procedente das ilhas para a costa da Guatemala. Nele transportavam 13 cavalos e mais de 70 porcos. Foram introduzidos porcos ibéricos,

napolitanos e celtas da Europa e raças asiáticas muito prolíficas, que deram origem às raças crioulas mexicanas (*Sus scrofa domesticus*), como o “porco pelado mexicano” (de zonas tropicais) e o *cuino*, *zungo* (de zonas temperadas, serras) ou o já quase extinto “pata de mula” (sindactilia) resistente à febre aftosa.

Existem registros da introdução, estabelecimento e desenvolvimento da suinocultura na Nova Espanha. Até de conflitos entre as comunidades

indígenas e as zonas onde se desenvolveu, já que os povos originários tiveram que tributar milho para complementar a criação nas pastagens, ou as lavouras de milho eram invadidas e destruídas por imensas pastagens móveis, como em Teocaltiche (Jalisco) e na zona de Zacatecas, além do vale de Toluca.

A carne de porco foi incorporada à dieta da maioria da população, as comunidades indígenas acrioularam essas raças europeias e asiáticas e elas

permanecem em suas mãos. Mais tarde, surgiram fazendas e vilas rurais que foram se especializando na sua criação e no desenvolvimento de estabelecimentos especializados em presuntos e embutidos. Havia produção de porcos em quase toda a Nova Espanha, de forma camponesa, e o processamento dessa carne era de forma muito tradicional. Ainda existem locais em Chiapas, Oaxaca, Michoacán, Puebla e Veracruz que preservam as raças e as técnicas hispânicas.

Regiões especializadas em suínos (1890). No final do século 19, a região de Bajío foi uma das primeiras a desenvolver explorações suinícolas que implicavam um manejo algo especializado, em condições de pastoreio e engorda final com grãos de milho, sem implicar qualquer impacto negativo no ecossistema local. A banha tinha muita demanda nos lares mexicanos e nas incipientes indústrias de sabão e nos pequenos estabelecimentos das capitais de alguns estados. Mas o abastecimento de carne suína em todo o país provinha da produção camponesa, com uma criação mista entre pastoreio e engordas com grãos, forragens e resíduos.

Por uma suinocultura camponesa (1929). No México pós-revolucionário, a ciência agrícola e veterinária teve a intenção de dar resposta aos camponeses que haviam lutado pela terra e que estavam coletivizados pelo *ejido* ou que tinham uma prática pecuária de importância econômica local e regional. Os governos revolucionários e a ciência pretendiam promover o desenvolvimento da pecuária no México. As Estações Nacionais de Criação (centros de distribuição de animais melhorados (bovinos, equinos, aves domésticas, suínos, ovinos e caprinos) materializavam as promessas da revolução no setor rural, pois os veterinários levavam ali reprodutores melhorados

A carne de porco foi incorporada à dieta da maioria da população, as comunidades indígenas acrioularam essas raças europeias e asiáticas e elas permanecem em suas mãos

para que o campesinato pudesse acessar livremente algum dos exemplares, que seria devolvido à estação assim que o animal fosse cruzado com fêmeas de animais crioulos. Os veterinários ensinavam à gente do campo cuidados básicos de higiene, alimentação, vacinação e tratamentos médicos básicos.

Por volta de 1940, já havia registro das primeiras importações de raças “geneticamente melhoradas”, como as raças Duroc e Poland China, incentivando a produção de carne suína em fazendas, e aumentando em 20% a oferta da dieta de carne fresca nas cidades. A maioria dos consumidores consumia carne não processada e menos de 15% consumia produtos provenientes de estabelecimentos que processavam salsichas, embutidos e presuntos.

A crescente demanda e a falta de assistência técnica repercutiram na antiga *Escuela Nacional de Agricultura y Veterinaria*. Os planos de estudo foram orientados para organizar a produção, aumentar os parâmetros de produção, melhorar as raças mexicanas e introduzir algumas raças provenientes dos Estados Unidos, promovidos pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento. Assim nasceram as fazendas de suínos, os primeiros especialistas e a criação de 38 centros suinícolas de melhoramento genético. O tamanho das explorações tornou viável o manejo dos excrementos sem afetar gravemente o ambiente, mediante uma ciência agrícola e veterinária a serviço da atividade agropecuária. Muitas destas explorações produziam os seus próprios insumos forrageiros, com uma profilaxia em harmonia com a fisiologia dos animais, explorações com pastoreio e sistemas de confinamento com densidade populacional adequada para evitar

a redução do rebanho a “máquinas para produzir quilogramas de carne”.

O início do fim da suinocultura nacional 1946-1965. Após a Segunda Guerra Mundial, a industrialização e a urbanização tornaram-se o único programa histórico a seguir e demandaram uma mudança no sistema de distribuição e processamento desta carne para a crescente procura urbana. Os estabelecimentos familiares e médios sucumbiram frente ao poder econômico das empresas embaladoras. Surgiram novos presuntos e embutidos embalados e com conservantes para os supermercados emergentes.

Foi muito relevante a campanha zoossanitária contra a febre aftosa em 1946-1947, uma doença contagiosa viral altamente transmissível que atinge animais de casco fendido ou biungulado (bovinos, caprinos, suínos e ovinos, entre outros) e ataca produção de carne e leite. Em 2 de abril de 1947, foi criada a Comissão Mexicano-Americana para a Erradicação da Febre Aftosa.

Os Estados Unidos fecharam suas fronteiras causando uma crise comercial. Isso foi usado para influenciar a pecuária extensiva, deslocando as plantações de milho para grandes extensões de pastagens para a nascente industrialização da carne nos Estados Unidos. A população de porcos foi sacrificada com a medida do “rifle sanitário”.

Até 1950, foram aplicadas 60 milhões de doses e observou-se uma redução drástica dos surtos, sendo totalmente erradicada em 1955. Segundo dados oficiais, mais de um milhão de porcos foram abatidos com o “rifle sanitário”. A erradicação da febre aftosa representou um dos maiores sucessos sanitários do México, o que lhe permitiu entrar plena-



Porca crioula com suas crias. Veja www.ceccam.org

mente no mercado internacional de produtos cárneos.

A ciência agrícola e veterinária mudou as suas abordagens curriculares e epistemológicas e, em vez de apoiar a suinocultura camponesa ou as explorações em pequena escala, orientou-se para apoiar a industrialização, uma exigência da crescente urbanização. Acima de tudo, promoveu o último elo: os supermercados.

A partir de uma abordagem influenciada pela “Revolução Verde”, a ciência agrícola veterinária orientou-se para implementar as transformações zootécnicas: mais confinamento, abandono do pastoreio, maior pressão sobre a fisiologia animal, maior uso de antibióticos para responder a surtos de doenças infecciosas em consequência da “urbanização” do rebanho suíno.

Assim, a superlotação e a tecnificação separaram uma espécie de sua relação com o ambiente natural, ini-

ciando a artificialização da criação animal. A administração pública enfatizou as zoonoses da equivocadamente chamada criação de quintal ou suinocultura rústica: combateu a cisticercose, a sarna, as infecções da pele e a toxoplasmose, tratando de erradicar essa criação.

A aposta na inocuidade e no controle de doenças infecciosas e contagiosas provocadas pela concentração, pela especialização, pela introdução de animais de outras latitudes, foi o início do fim da criação sustentável e racionalmente possível, o desprezo por criações camponesas, regionais e nacionais. Os reprodutores começaram a ser importados dos Estados Unidos e da Europa. As políticas públicas e a ciência voltadas para uma suinocultura nacional foram truncadas.

A crise do setor e a destruição da suinocultura nacional de média escala e camponesa 1985-1997. Mudanças

nos sistemas de criação, de engorda, a retirada dos subsídios de insumos (sorgo, milho, soja, farinha de sangue e leite em pó) e a substituição de raças crioulas melhoradas por raças modernas americanas “geneticamente melhoradas”, com outras exigências nutricionais, mas produzidas no México, geraram maior dependência tecnológica e novos problemas zoonosários.

A inflação, a substituição das gorduras animais por gorduras vegetais, o surgimento de novos e grandes produtores industriais mexicanos de carne suína, foram criando as primeiras cadeias de produção, intensificação, processamento e distribuição, um aumento dessas fazendas e rebanhos sob sistemas semi-tecnificados e de concentração. O México passou de 7 milhões de cabeças para 15,3 milhões neste período. O governo fechou os 38 centros de melhoramento genético suíno. Os novos problemas de zoonoses provocaram diarreias causadas

por bactérias resistentes a antibióticos devido à contaminação de fontes de água, doenças respiratórias devido ao ressecamento do lodo acumulado em aterros não tratados. As primeiras crises sanitárias (1988) causadas pela introdução de reprodutores estrangeiros (EUA, Canadá, Holanda) foram a doença de Aujeszky e a gripe suína.

Foram lançadas as primeiras campanhas de erradicação, zoneamento do país, imposição de quarentenas, sacrifício sanitário de porcos “de quintal em áreas rurais”. Isto permitiu declarar os estados de Baja California, Baja California Sur, Coahuila, Chihuahua, Nuevo León, Sinaloa, Sonora, Tamaulipas, Yucatán e Quintana Roo estados livres de doenças como a nova gripe suína clássica (GSC). Estas entidades tornaram-se locais elegíveis para implementar cidades suínícolas (com populações de mais de 50 mil cabeças). Uma fazenda apenas poderia abrigar 250 porcas, e

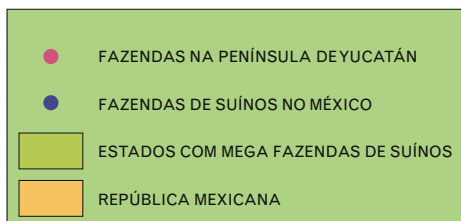
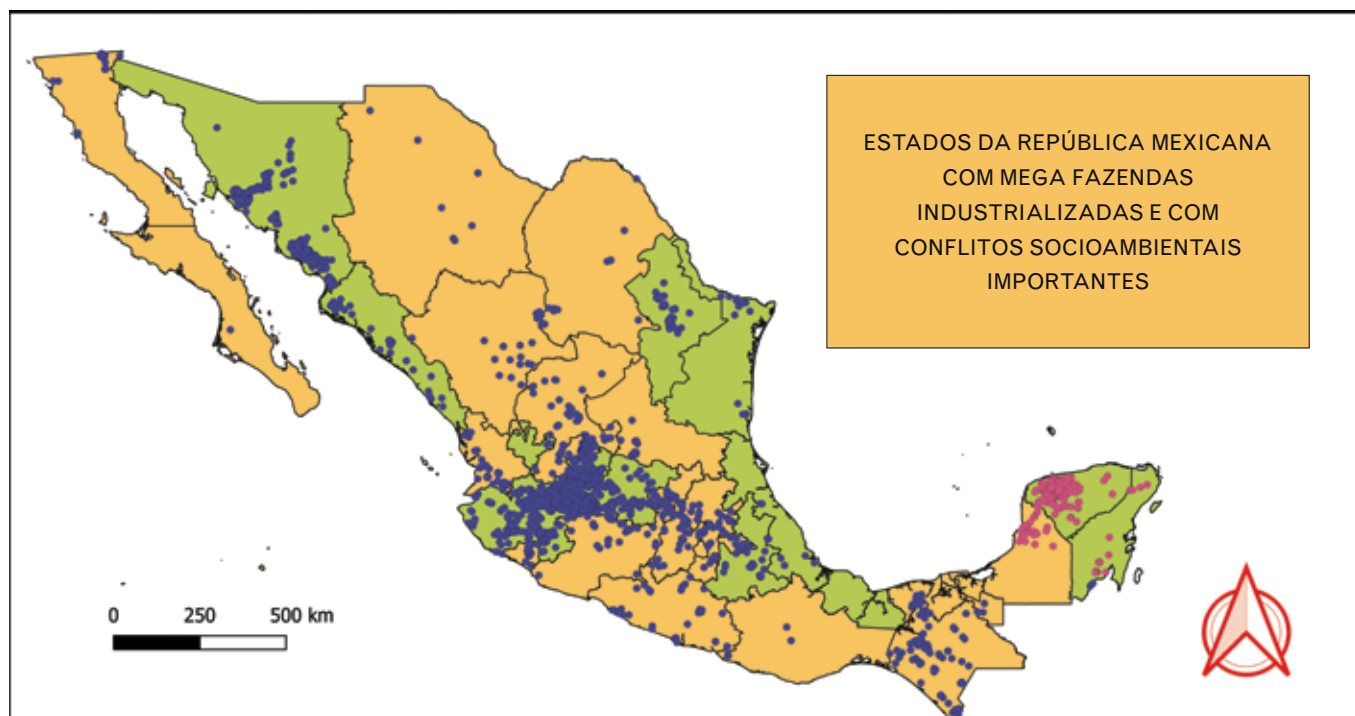
a capacidade contaminante e a demanda energética de uma cidade de 15 mil habitantes.

Do NAFTA [Tratado de Livre-Comércio da América do Norte] aos primeiros surtos pandêmicos. Em 2003, o Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias do NAFTA, o Departamento de Agricultura dos EUA, reconheceu apenas Sonora e a Península de Yucatán como livres da gripe suína, um requisito essencial dentro do Tratado. Yucatán e Quintana Roo, na Península, foram locais escolhidos para desenvolver uma suinocultura *maquiladora* no México. **As normas zoossanitárias foram flexibilizadas,** as NOM [normas oficiais mexicanas] foram eliminadas para facilitar a operação, a descarga de águas residuais, o uso da água, como a NOM-021-ZOO-1995, que define a análise de resíduos de agrotóxicos organoclorados e bifenil policlorados

em gordura de bovinos, equinos, suínos, ovinos e aves.

O setor suíno mexicano foi concentrado, com poucas grandes empresas, integrando da criação ao processamento, e distribuição de carne e seus derivados. Esses consórcios podem importar animais e mantêm quase a metade da produção local. No entanto, ao mesmo tempo, a importação de carne suína é obrigatória. Estimava-se que até 2021 a produção suína fosse de 20,8 milhões de cabeças, produzindo 1,53 milhões de toneladas de carne, consumindo-se 2,15 milhões de toneladas, e haveria uma importação de 40 mil cabeças de suínos vivos.

Esses grandes consórcios utilizam, contaminam e degradam os solos e a água, invadem espaços com outra vocação agrícola e ecológica, e provocam doenças na população próxima, apenas para fazer negócios e exportar carne. Segundo dados da



MAPA ELABORADO PELO CENAMI AC
COM DADOS OFICIAIS SADER, GEOCOMUNES,
NÃO OFICIAIS

Armazenamento: ESRI Shapefile
Codificação: System
Geometria: Polygon (MultiPolygon)
SRC: EPSG:4326 - WGS 84 - Geográfico



Secretaria de Economia, entre janeiro e fevereiro de 2019, nosso país enviou 632 toneladas de carne suína para a China, devido à crise da Peste Suína Africana (PSA). No entanto, esta quantidade representa apenas 2% do total das exportações da indústria, já que 95% se destinam ao Japão, aos Estados Unidos e Coreia do Sul.

As medidas zoossanitárias que restringiram o comércio de uma zona do país para outra, agravando a crise suína nacional, abriram caminho para a imposição de uma suinocultura industrial transnacional. Existem quatro zonas onde se localiza quase 50% da produção nacional de carne suína: Jalisco com 301.150 mil toneladas, Sonora com 261.760 mil toneladas, Puebla-Veracruz com 165.560 mil toneladas e Yucatán, que lidera o aumento da produção nacional. Com as maiores taxas de crescimento.

Os atuais consórcios líderes na produção e mercado nacional de exportação são o Norson Smithfield

(hoje propriedade do Grupo WH, sediada na China), uma empresa com sede em Hermosillo, Sonora, e suas fazendas estão localizadas em Navojoa; e Granjas Carroll, em Puebla e Veracruz, com capacidade para abate de 2.300 suínos, por turno do dia. Kekén é a empresa de carne suína do Grupo KUO. Em meados do ano passado inaugurou uma fábrica em Yucatán com um investimento de 350 milhões de dólares, onde pode processar 2,5 milhões de suínos por ano. A Alimentos Grole está localizada em Ciudad Obregón, Sonora, e atende o mercado nacional como também exporta para os Estados Unidos. A tabela seguinte tenta comparar os tipos de fazendas que existem no México e sua contribuição para a segurança e soberania alimentar.

O potencial contaminante destas mega explorações suinícolas é altíssimo, a combinação dos seus resíduos e descargas deve ser classificada como perigosa e requer um tratamento especial. A utilização de aproveitamen-

tos de águas subterrâneas para este tipo de exploração industrial da carne suína constitui um *ius abutendi*, ou seja, o direito de abuso sobre a coisa. As autoridades ambientais deveriam prevenir a contaminação de rios e da atmosfera, a degradação dos solos, a contaminação de seu subsolo e, sobretudo, dos sistemas cársticos (cenotes) da Península de Yucatán.

São os efluentes líquidos e lodos (cheios de bactérias, partículas virais, metais pesados, detergentes, desinfetantes, herbicidas, traços de hormônios que contaminam rios, lagoas, ar e solos com líquidos e lodos nem sempre inertes). Os resíduos de animais sacrificados ou de mortandade (cerca de 250 animais por dia). E gases com efeito estufa (ácido sulfídrico, anidrido carbônico, metano, óxido nitroso, dióxido de carbono, sendo estes últimos os com maior Potencial de Aquecimento Global – GWP).

A imposição deste tipo de mega-fazendas acarreta um sério custo para a saúde humana e ambiental. Os governos e as autoridades sanitárias e zoossanitárias foram preparando o suposto cenário de inocuidade alimentar, e de erradicação e controle de doenças, mas aconteceu justamente o contrário. Na sua tecnificação e isolamento do exterior, a suinocultura provocou que os rebanhos adoecessem de forma crônica e subclínica, até que foi declarada a eclosão dos primeiros surtos epidêmicos e a seguir pandêmicos de doenças virais, devido à importação de reprodutores de outras latitudes, e por optar pelo modelo de confinamento total.

Esta indústria pecuária quebra os fundamentos científicos da fisiologia, da anatomia e da bromatologia veterinária. Cria uma produção artificial que debilita o sistema imunológico dos suínos ao gerar verdadeiros campos de concentração para reprodução e engorda. Parece que apesar do alto nível de tecnificação voltamos ao

Parâmetros	Tipos de criação no México		
	Pastoreio e semiconfinamento	Semi-tecnificada	Altamente tecnificada
% da produção total nacional	22.06	28.11	49.82
Destino	Mercado próximo	Mercado nacional	Exportação
Proprietários	Famílias comunidades indígenas camponesas suburbanas	Suinocultores mexicanos	Grandes corporações
Externalidade ambiental	Baixa	Média	Insustentável
Zoonoses	Podem ser prevenidas	Controláveis	Causa de epidemias e pandemias
Finalidade	Autonomia alimentar	Soberania alimentar	Negócio
Transição agroecológica	Sim, há sistemas tradicionais ecológicos	É possível	Impossível

pensamento dos primeiros naturalistas do século XVIII, que acreditavam que os animais eram autômatos, e o reducionismo da ciência criou verdadeiras máquinas produtoras de tecidos para o mercado — e fábricas de zoonoses.

Os porcos são amplificadores naturais de doenças virais e bacterianas, capazes de ultrapassar a barreira interespecíficas. Aqueles que trabalham nessas fazendas são os primeiros a serem afetados. E as famílias próximas a essas cidades fazendas, seja pelo contato direto entre o rebanho e os trabalhadores — e a seguir, desses trabalhadores com a população próxima. Mas estes efeitos também são provocados pela acumulação de descargas em sistemas primários de tratamento, tais como lagoas de oxidação, digestores anaeróbicos de fluxo horizontal de primeira geração. As duas tecnologias juntas ou separadamente não conseguem eliminar a carga de bactérias ou vírus coliformes entomopatogênicos nem das partículas virais que contaminam córregos, lençóis freáticos, ar e terrenos onde se derrama irracionalmente o conteúdo desses sistemas primários de tratamento.

Em 2009, durante o mandato de seis anos de Felipe Calderón, vivenciamos os primeiros surtos do que foi a Pandemia de Gripe A/H1N1 (a febre calderoniana) de março-abril de

2009, o caso de Granjas Carroll, onde o esterco dos porcos era, e ainda é depositado em lagoas de oxidação a céu aberto distribuídas por todo o vale do Perote. Surtos que mais tarde se estenderam aos Estados Unidos, Canadá e para resto do mundo, alertando seriamente a opinião pública mundial.

Esta pandemia foi provocada pela corrupção e pela proteção governamental aos consórcios multinacionais de carne, algo que começou quando, há décadas, foram favorecidos por campanhas zoossanitárias para gerar estados ou zonas livres de doenças. Há também o direito ao abuso do uso de águas subterrâneas e a autorização de funcionamento apesar de não resolver o impacto ambiental gerado pelo descarte de águas contaminadas com dejetos e animais mortos devido à alta concentração de rebanhos. Foi na região de Libres, no estado de Puebla, e em La Gloria, no município de Perote, Veracruz, onde ocorreram os primeiros surtos. Mas também iniciamos as lutas de ecologia popular contra a imposição destas fazendas industriais a fim de evitar a contaminação das fontes de água, a degradação dos seus solos e a exposição a estas doenças zoonóticas. Foi assim que denunciaram os moradores de La Gloria em Perote, Veracruz: “Não se trata de uma maldição do céu ou um ditame aleatório do desti-

no. A epidemia de gripe A (H1N1) que surgiu no México tem responsáveis concretos: o primeiro nome próprio é o da empresa norte-americana Smithfield Foods Inc., a maior produtora mundial de carne suína e a proteção das autoridades governamentais da época, pela omissão ou cumplicidade das autoridades sanitárias e ambientais”.

A urbanização e industrialização selvagem que movem o mundo, baseiam a acumulação do seu lucro em destruir agora o delicado equilíbrio da civilização homogeneizadora. Que é cada vez mais dependente da industrialização dos alimentos, que já rompeu relações multidimensionais entre os animais silvestres e seu habitat, provocou o aquecimento global e a crise ambiental, colocando muitas espécies de animais silvestres nestas explorações industriais. A produção pecuária industrial torna-se um foco de precarização e de crises de saúde pública veterinária e humana em nível global. 🍷

*Trecho de La destrucción de la porcicultura campesina y la imposición de la porcicultura industrial transnacional, publicado pelo Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano (Ceccam), 2020

Rebanhos de porcos crioulos. Veja www.ceccam.org





Uma das tantas variedades de coral no Caribe Sul. Foto: Comisión corales, Universidade da Costa Rica

CIÊNCIA COMUNITÁRIA FRENTE AOS CULTIVOS INDUSTRIAIS DE PEIXES E O COMÉRCIO DE CORAIS

Bloque Verde

Na Costa Rica, o governo promove ilegalmente a exploração comercial de centenas de espécies como corais marinhos, zooplâncton, microalgas, macroalgas, crustáceos, peixes, esponjas marinhas, anelídeos (poliquetas), moluscos e até tartarugas. O Instituto Nacional de Pesca (Incopesca) pretende submergir o país na sobre-exploração marinha e isso tem gerado preocupações devido à ausência de controles mínimos, o que seria absolutamente perigoso e teria consequências para ecossistemas marinhos muito frágeis. A Red de Coordinación en Biodiversidad e o Bloque Verde alertaram que o Incopesca insiste em legalizar o plantio comercial de corais sem qualquer critério técnico-científico, ocorrência que só levanta dúvidas. Por que e para

quem estão tentando fazê-lo, em contraposição à Lei de Pesca e Aquicultura?

Outra observação por parte dos especialistas é a falta de qualquer suporte técnico que acompanhe esta lista que inclui espécies exóticas como a tartaruga-de-orelha-vermelha (*Trachemys scripta elegans*), incluída na lista de espécies altamente invasoras da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Elas não existem no país e é uma irresponsabilidade do Incopesca fomentar sua criação na Costa Rica. Além disso, é impressionante a inclusão de espécies como o atum albacora (*Thunnus albacares*) ou mais de 11 espécies de pargos como sendo de interesse para a aquicultura. Estas espécies estão incluídas porque os mandatários sabem que isso irá, infalivelmente,

favorecer as empresas de criação intensiva de peixes?

Além disso, as autoridades insistem em promover a introdução de espécies exóticas como a char-ártico (*Salvelinus alpinus*), um tipo de truta do Ártico. Para dar outro exemplo, a introdução do gourami gigante (*Osphronemus goramy*). Esta espécie é originária de Sumatra-Indonésia, Bornéu, Java, Tailândia e Indochina. Qual é o propósito de incluí-la na lista? De novo, preocupa a introdução de espécies invasoras.

Nos últimos dias, surgiu a notícia de que uma empresa dirigida pelo filho do ministro Franz Tattenbach instalou uma tubulação que suga a água do mar para a fazenda de pargos. Parte da Zona Marítimo Terrestre da praia Bejuco, em Guanacaste, foi escavada com maquinaria pesada, evento ocorrido no dia 8 de março. Esta operação teve um impacto evidente possível de ser constatado em vídeos e em denúncias de vizinhos. Isto causou indignação e repúdio, bem como múltiplas acusações contra o mandatário do Ministério de Ambiente e Energía (Minae).

Para promover a cultura arqueológica comunitária, nasceu em 2016 o Centro Comunitário de Mergulho Embajadores y Embajadoras Del Mar (CCBEM), com o propósito de cuidar, com suas comunidades, do território marinho costeiro e do direito dos jovens a oportunidades sustentáveis

As organizações nacionais solicitam o afastamento do ministro que integra o conselho de administração do Incopesca, que acabaria por aprovar esta lista, uma vez que é evidente que existe um possível conflito de interesses entre empresas privadas e eventuais decisões sobre a atividade aquícola.

Qual o propósito de incorporar espécies de outras latitudes a uma lista do trópico? Quem se beneficiaria com esse tipo de excessos? Irá favorecer empresas que praticam maricultura em grande escala, como a empresa do filho do ministro do ambiente? Por que parece

uma lista feita sob medida para uma determinada empresa ou negócio privado? Como a lista de interesse comercial não funcionou para vocês, agora com esta outra estão tentando incluir muitas espécies novamente, sem estudos e comprovação suficientes?

Felizmente, existe um outro lado da moeda, onde a população local e mulheres cientistas promovem a arqueologia dos navios negreiros encalhados nos recifes de coral e a proteção da biodiversidade marinha do Caribe Sul na Costa Rica.

Para promover a cultura arqueológica comunitária, nasceu em 2016 o Centro Comunitário de Mergulho Embajadores y Embajadoras Del Mar (CCBEM),

com o propósito de cuidar, com suas comunidades, do território marinho costeiro e do direito dos jovens a oportunidades sustentáveis. Foi pioneiro não só no nosso país, mas também em nível regional e internacional. O seu trabalho tem sido vital para que a UNESCO os reconheça como uma experiência pioneira e os nomeie como “Berço de uma arqueologia comunitária para a proteção do Património Subaquático”.

O Centro é formado por uma nova geração que luta pelo mar, está constituído por pessoas das comunidades costeiras que acreditam que “tudo veio do mar” e se esforçam para encontrar os vestígios desta história oculta. São mais de 170 meninos, meninas e jovens que realizaram diversos cursos de mergulho SCUBA, que antes eram reservados apenas para turistas e visitantes, e não para a comunidade local. Como diz o Centro: “nosso mergulho não é apenas um esporte, mas uma ferramenta de conservação e de oportunidades: é um mergulho com propósito”.

A juventude mergulhadora e pessoas das comunidades foram capacitados no currículo de arqueologia comunitária internacional da Nautical Archaeology Society (NAS), bem como em oficinas sobre reconhecimento e monitoramento de corais no Caribe Sul.

Esta experiência foi construída numa área de conhecimento e de trabalho de história oculta, sem que a Costa Rica ou suas universidades tivessem essa disciplina, ou leis especiais que regulassem suas ações.

Por esta razão, o Centro tem impulsionado legislação para proteger o patrimônio subaquático, e também tem trabalhado com o Museu Nacional na regulamentação de todo este novo campo da arqueologia, sempre a partir da perspectiva comunitária.

O mergulho tornou-se uma ferramenta para o monitoramento, conservação e restauração dos recifes de coral. Este grupo recordou no último dia mundial dos recifes de coral (1/6/23) que “eles produzem 80% do oxigênio mundial, uma vez que é produzido através da simbiose que criam com distintas algas marinhas: sem recifes, bilhões de espécies marinhas estariam em risco, milhões de pessoas perderiam a sua fonte de alimento mais importante, e muitas economias sofreriam um enorme golpe.”

Este Centro luta para que os corais do Caribe Sul vençam a batalha para sobreviver frente as adversidades da sedimentação, das águas residuais e dos agrotóxicos das plantações de banana, que sem qualquer controle continuam a envenenar as águas de rio e mar, entre outros fatores de contaminação que afetam seu crescimento.

Trabalhando numa ciência comunitária no monitoramento e restauração de corais e recifes de corais, o Centro conseguiu produzir o primeiro retrato científico documentado do país, sobre a regeneração dos corais na zona. 🌱



Coletando trigo convencional para plantar em Tesia, Sonora, México. Um território ainda livre do trigo geneticamente modificado Foto: Jerônimo Palomares

“PÃO SEM VENENO”

Organização de trabalhadores e trabalhadores da alimentação, juntamente com outros setores, aderem à rejeição do trigo transgênico no Paraguai

Lis García, BASE IS

No Paraguai, o evento transgênico do trigo HB4 foi liberado comercialmente em 10 de maio de 2023 em total sigilo, sob a figura de “tratamento diferenciado”. Não houve debate público informado; nem mesmo foi divulgado um comunicado oficial do governo sobre esse processo.¹

Além disso, a resolução do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAG) que liberou comercialmente esse evento geneticamente modificado, está hospedada apenas na página web da Associação dos Produtores de Sementes do Paraguai (Aprosem).² Também não foi reali-

zada uma apresentação dos estudos nos quais se baseou a decisão da liberação comercial do trigo transgênico.

Em resposta a esta ação antidemocrática e atentatória à biossegurança agroalimentar, um grupo de padeiros, padeiras, e trabalhadores e trabalhadoras do setor alimentar iniciaram uma campanha rechaçando a possibilidade de cultivo do trigo transgênico HB4 no país. Chama-se “Pão sem veneno”, e atualmente reúne os mais diversos setores: médicas e médicos, nutricionistas, engenheiras e engenheiros, agrônomos e agrônomas, economistas, camponesas e camponeses, e a população em geral.

O principal objetivo da campanha é conseguir a revogação da Resolução que liberou o evento transgênico do trigo HB4. Para tal, está em curso um processo de coleta de assinaturas de apoio a uma nota dirigida ao MAG.

1 Até o momento da redação deste artigo.

2 Na qual se unem obtentores vegetais e detentores de patentes de sementes.



Vicente Ley Millanes, um camponês de Tesia, Sonora. Este é uma parte da foto que Jerónimo Palomares tirou do plantio de trigo convencional NÃO transgênico

Nela estão claramente expressos os motivos pelos quais se rechaça esse cultivo no país, a partir do desejo de se consumir pão sem veneno.

Ressalta-se que o trigo é uma das bases da alimentação no país, e portanto, se esse processo não for interrompido, a população paraguaia como um todo ficaria ainda mais exposta ao consumo diário de herbicidas, em especial do glufosinato de amônio, um químico 15 vezes mais tóxico que o glifosato, nos alimentos e na água.

A campanha manifesta que com a liberação deste evento transgênico se aprofunda o modelo de agricultura que beneficia as multinacionais de sementes e prejudica o pequeno produtor, destrói ecossistemas, deixa para trás territórios devastados ambiental e socialmente, constituindo uma grave ameaça à soberania alimentar. Ou seja, implica num aprofundamento da desigualdade econômica e social.

Nesse sentido, cabe destacar que o modelo de produção baseado na biotecnologia transgênica aprofundou a dependência da importação de agrotóxicos: das 14.011 toneladas de agrotóxicos altamente perigosos importados em 2011, as importações aumentaram para 642.042 toneladas até 2021. Segundo o estudo *Agronegocios y escuelas rurales*, 22% dos alunos das instituições de ensino rural da região leste do país estão diretamente expostos à pulverizações.

Enquanto isso, o Estado paraguaio foi condenado pelo Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas em dois casos, por omitir o seu papel de controlador, ou por cumplicidade nos abusos que ocorrem com a produção de sementes transgênicas dentro das comunidades indígenas e camponesas, ou no seu entorno.

Por isso, a campanha também demanda o estabelecimento de mesas de diálogo, onde seja possível discutir de maneira ampla e informada sobre as implicações do tri-

go transgênico na população e no meio ambiente. A campanha denuncia que este processo deveria ter ocorrido antes da liberação comercial deste evento. Isto responde à desregulamentação da normativa sobre a liberação comercial de eventos transgênicos no Paraguai.

Isto começou em 2012, após a ruptura democrática provocada pelo golpe de Estado parlamentar. Naquela época, o ilegítimo e ilegal ex-presidente Federico Franco revogou todas as normas até então vigentes sobre procedimentos para a introdução e liberação de sementes transgênicas no país, e em seu lugar promulgou o Decreto número 9699/2012 que criou a Comissão Nacional de Biossegurança Agropecuária e Florestal, desta vez denominada Comissão de Biossegurança (Conbio).

Nesse processo, o MAG passou a ser a Autoridade de Aplicação do Decreto e concentrou o poder da Conbio. Além disso, foi estabelecida a figura de liberação de transgênicos “a título excepcional” e eliminadas todas as especificação relativa aos pareceres de biossegurança, bem como a exigência de licença ambiental. Com isso, e apesar dos questionamentos por parte das organizações camponesas e científicas, poucas semanas após o golpe, foram liberados, numa rapidez incomum, um evento transgênico de algodão e quatro de milho.

Em 2019, avançou a desregulamentação deste marco regulatório a partir da promulgação das Resoluções MAG n°. 1030 e 1071. Com isso, o governo do presidente em final de governo, Mário Abdo, possibilitou um novo marco regulatório relativo à liberação de eventos transgênicos, sujeito a critérios desenvolvidos em terceiros países. Assim, no Paraguai, cultivos geneticamente modificados podem ser aprovados caso já estejam aprovados comercialmente em outros países, bastando preencher a avaliação de um formulário, cujos requisitos processuais são meramente descritivos, e apresentar o certificado de aprovação comercial e/ou de liberação ambiental e consumo humano e animal, seguindo as diretrizes do *Codex Alimentarius* em outros países.³

Diante dos riscos que envolvem o aprofundamento do modelo do agronegócio baseado na biotecnologia transgênica, e da ameaça à saúde representada em particular pelo trigo transgênico, a articulação internacional é fundamental, como destacava Carlos Vicente: “a luta por uma América Latina Livre de Transgênicos continuará sem pressa, mas sem pausa”. 🍌

3 Nesse mesmo processo, com uma única canetada, foi aprovada a liberação comercial de 13 eventos transgênicos, e habilitou-se o registro legal de “produtos obtidos por meio de técnicas de melhoramento” ou New Breeding Techniques (NBT), a portas fechadas, sem qualquer debate.

A revista Biodiversidad, sustento y culturas em versão digital, em espanhol, está disponível em:

www.grain.org/biodiversidad y en www.biodiversidadla.org/Revista

A Alianza Biodiversidad também produz Biodiversidad en América Latina:
<http://www.biodiversidadla.org>

A Alianza atualmente é composta por movimentos e organizações chave que trabalham ativamente estes temas na região:

Acción Ecológica, Ecuador (<http://www.accionecologica.org>)

Asociación Nacional de Fomento a la Agricultura Ecológica (Anafae), Honduras (www.anafae.org e www.redanafae.com)

BASE-IS, Paraguai (<http://www.baseis.org.py/>)

Campaña Mundial de la Semilla de La Vía Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://m.centroecologico.org.br/>)

CLOC - Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Colectivo por la Autonomía - COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

GRAIN (<http://www.grain.org>).

Grupo ETC, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colômbia (<http://www.semillas.org.co>)

REDES - Amigos de la Tierra, Uruguai (<http://www.redes.org.uy>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

Sites temáticos:

<http://www.farmlandgrab.org/> y <http://www.bilaterals.org/>

A **Alianza Biodiversidad** convida a todas as pessoas interessadas em defender que a biodiversidade permaneça nas mãos dos povos e comunidades, a apoiar seu trabalho de articulação.

Os fundos arrecadados através das doações se destinarão a fortalecer os circuitos de distribuição da revista **Biodiversidade, sustento e culturas**, assim como sua impressão nos diferentes países em que trabalha a **Alianza**. Os convidamos a colaborar acessando a página: http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la em formato digital, favor enviar um e-mail com sua solicitação para:

Equipe de Comunicação da Alianza Biodiversidad
Henry Picado

biodiversidadrevista@gmail.com

